

Pasquim

EDIÇÃO 10.º ENCONTRO APP
LISBOA SÁB 9 MAR 2013

Entrevista a Carlos Reis

Carlos Reis, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, proferiu ontem, às 10 horas, no auditório do Alto dos Moinhos, em Lisboa, a conferência de abertura do 10.º Encontro da APP, intitulada “A poesia como canto ou o canto na poesia: oralidade e condição poética”. O Pasquim quis ser um pouco menos pasquim e procurou saber mais sobre um tema tão esquivo quanto o da oralidade, entre outros temas politicamente atuais, por isso fomos a Coimbra (ou Coimbra veio a Lisboa?) ouvir Carlos Reis.

Pasquim – Partindo da citação de Verlaine, “La musique avant toute chose”, e apesar da “vingança da oralidade”, como referiu na sua conferência, não lhe parece que há uma “arte da memória” que se perde no momento em que a (artificialidade da) escrita se sobrepõe a essa voz primordial?



Conferência de abertura

Carlos Reis – Essa tem sido uma preocupação ao longo dos séculos, que faz sentido com preocupações que temos hoje em dia: não apenas pela trivial passagem do oral para o escrito mas pela disponibilização

de instrumentos cada vez mais sofisticados e poderosos de retenção da memória. Quando compramos um computador, que tem uma ‘memória magnífica’, é uma forma de dizer ‘esqueça lá a sua memória, que está substituída pela que está aqui’. Isso, por um lado, permite armazenar mais informação, mas, por outro lado, torna a memória preguiçosa. É provavelmente o mesmo que se passa noutras áreas do saber, como, por exemplo, com os ‘auxiliares do uso da matemática’ – coisas que antes se faziam com um raciocínio pessoal e próprio, agora fazem-se através de máquinas.



Carlos Reis e Maria José Ferraz no jantar dos congressistas

P. – E há nessa perda uma carga simbólica que se perde?

C. R. – Ainda bem que faz essa questão, porque costumo associar isto à dificuldade que há hoje na leitura, não apenas na expressiva mas em qualquer leitura que se faça. Em grande parte, a geração das pessoas que não lê, não lê porque não tem memória. Não tem memória de curto alcance para se lembrar, na página dez, do que leu na página cinco. Essa falta de memória, de uma memória funcional, é o ponto de partida para uma outra crise da memória, essa mais grave, que é a memória como património cultural. Quem não lê porque não tem memória do que leu antes também não tem formação para se lembrar agora do que se passou no século XIX. No mesmo sentido podemos ler o livro recente de um estudioso dessas questões como Nicholas Carr [“Is Google Making Us Stupid? What the Internet is doing to our brains”], que pergunta, em vários livros e artigos, se a Internet nos está a tornar estúpidos. Mesmo a nível universitário e científico, as pessoas confessam que não são capazes de ler mais de duas páginas de um texto eletrónico, já não são capazes de ler um livro como *Guerra e Paz*, o que é um efeito perverso dessa crise de memória.

P. – Apesar de procurarmos um sentido para a dimensão rítmica e musical da poesia, um sentido que complementa o sentido das próprias palavras, não há, no entanto, uma dimensão a-lógica introduzida pela dimensão musical da poesia no espaço lógico das palavras?

C. R. – É isso que é próprio da poesia, é inventar uma nova lógica, é fazer descobrir sentidos que na lógica neutra, pura e dura das palavras não está lá. É claro que nem toda a poesia é construída assim – a do Cesário Verde é pouco musical, é mais até uma representação protonarrativa do que

outra coisa, enquanto a do Camilo Pessanha, do Eugénio de Andrade, do Nemésio, a do Torga também, é uma poesia que de modo geral escapa ao pensador, e por isso é preciso sabermos de que textos é que estamos a falar.

P. – Enquanto coordenador da equipa do novo Programa de Português do ensino básico, como vê a criação e imposição das Metas Curriculares? Como um passo atrás na sua implementação?

C. R. – Vejo bem com um grande mas: não me choca absolutamente nada a definição de metas que estabeleçam os conhecimentos que os alunos devem adquirir ao fim de um certo tempo, mas choca-me se as metas forem *disjuntas* dos programas, que foram feitos, homologados e entraram em vigor, isto é, se através das metas se estiver capciosamente a subverter e a impor outros programas. Se o caso for esse, parece-me um bocadinho enviesado, tanto mais que se mexe no *corpus* dos textos que integram o Programa. Não faz qualquer sentido que, através das Metas, se imponham outras leituras. Aquelas leituras não são nem as únicas nem as boas, são *aquelas*, outras pessoas propõem outras.

P. – É uma forma de impor um outro cânone.

C. R. – É uma coisa um bocado desleal, as pessoas em Portugal tendem a pensar que a mudança de governo implica a mudança total das políticas, como se fosse um preço inevitável a pagar. Desse ponto de vista, manifesto alguma preocupação, vi as primeiras versões que eram quase um novo *corpus* de textos, que depois foi corrigido, mas não totalmente. As pessoas confundem o seu gosto pessoal com as suas obrigações institucionais.

P. – Não se sente, enquanto coordenador do Programa, e em relação aos responsáveis pela política educativa, como se estivesse, parafraseando Camões, a “Cantar a gente surda e endurecida”?

C. R. – Estou à vontade porque escrevi num jornal um artigo em

que considerei a atitude de Nuno Crato, por quem tenho aliás apreço pessoal, como um comportamento que foi, no mínimo, de descortesia. Ele, de facto, caucionou um procedimento que não é muito correto em termos da ética política. Se não estava de acordo com os programas, revogava-os, mas não estava com estes estratagemas.

P. – A sua recente intervenção no semanário *Expresso* acerca do Acordo Ortográfico [“Acordo Ortográfico: um homem mordeu um cão”, publicado em 9 de fevereiro de 2013] mostra que a dimensão política desta questão, que se apropria de uma dimensão mais técnica e científica, é um problema sem solução e interminável?

C. R. – Não vai ser uma discussão interminável, a discussão vai acabar quando o Acordo Ortográfico estiver implementado um pouco por todo o lado. Dou-lhe só este indicador: dos jornais e revistas portugueses de maior circulação, oito deles adotaram o Acordo Ortográfico – que devia entrar em vigor de uma forma mais amena, menos esquizofrénica, menos controversa, se as coisas fossem bem explicadas. O Acordo Ortográfico não quer unificar a língua portuguesa, quer esbater as diferenças ortográficas que existem nos vários países que falam português. Isto vem a propósito da desinformação e da desonestidade intelectual: o Brasil prolongou o período de transição do Acordo Ortográfico, mas algumas pessoas disseram que tinha suspenso, que tinha voltado atrás... Vale tudo para se impor uma conceção exclusivista da língua.



O início dos trabalhos do X Encontro da APP. Ou, como diria Camões, “Quando os Deuses no Olimpo luminoso, / Onde o governo está da humana gente, / Se ajuntam em consílio glorioso...”

Impressões

Na sua conferência, o Professor Carlos Reis lembrou-nos da importância da etimologia – e isto é só um pormenor da lição que nos deu. Nem só de sincronia se faz a análise das palavras que usamos para referir a própria elocução, não fosse Cronos o deus que todos e tudo devora. Há *orare*, e há *ad orare*, palavras que derivam de *os*, *oris*. Assim se prova que é pela boca que se discursa, ora, adora e implora, de voz própria ou através de outrem que no-la dê, por *ad vocare*.



Ler expressivamente é um desafio compensador?

Estudantes da Universidade do Porto são campeões mundiais de debate universitário

Com este título o *JN* publicou, no dia 4 de janeiro de 2013, a seguinte notícia:

“Uma dupla de estudantes da Universidade do Porto venceu o Campeonato Mundial de Debate Universitário, evento que decorreu em Berlim, Alemanha, e que juntou 400 equipas de todo o mundo. Segundo comunicado enviado pela Universidade do Porto, “na final, Ary Ferreira da Cunha, estudante da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, e Tiago Laranjeiro, estudante da Faculdade de Economia do Porto, venceram as equipas de Tóquio, ALU Freiburg e Bucarest”.

Para além da vitória por equipas na categoria English Foreign Language (EFL), Ary Ferreira da Cunha alcançou ainda os prémios individuais de Best Speaker da Final e Best Speaker da categoria EFL.

Esta foi a segunda participação da Sociedade de Debates da Universidade do Porto nesta competição a nível mundial, contando já com participações em dois Campeonatos da Europa - Belgrado e Galway - e em várias competições internacionais.”

Interloções

Um colega madeirense fez tantas e tão boas perguntas à Sara Leite que ela respondeu: “Não faço ideia de como se pode operacionalizar isto. Vim aqui só lançar umas ideias. Felizmente, não sou professor do ensino básico”. Na insistência, a colega Elisa Branco, moderadora do debate, respondeu assim à torrente perguntadora: “Nós estamos aqui só a partilhar as nossas angústias”.

Era previsível que um título como “Há conversa com os programas de português...” nos viesse a dar matéria para mais algumas interloções. E deu. Algumas pessoas questionaram a correção da expressão. Umas a medo, outras com força ilocutória a mais. Não haveria aqui um erro, não seria, antes “à conversa com”? Pois não viram as duas leituras complementares que a expressão no oral permite: Sempre que nos pomos à conversa, há conversa pela certa.

O património imaterial

O património imaterial representa a fonte vital de uma identidade profundamente enraizada na História e compreende “o conjunto de formas da cultura tradicional e popular ou folclórica, quer dizer, as obras coletivas que emanam de uma cultura e se baseiam na tradição. Estas tradições transmitem-se oralmente ou mediante gestos e modificam-se com o decorrer do tempo, através de um processo de recreação coletiva. Incluem-se nelas as tradições orais, os costumes, as línguas, a música. É o caso do Fado, que é património imaterial da humanidade desde novembro de 2011.



“O Fado” (1910), do pintor José Malhoa

Ex-citações

Pasquim, o Velho, é sensível aos argumentos de Plínio, o Moço (séc. I-II d.C.), que nas suas *Cartas* defende assim “As leituras públicas”:

Trouxe este ano uma grande produção poética; em todo o mês de abril quase não houve um dia em que alguém não fizesse uma leitura pública. Apraz-me que a cultura floresça e o talento dos homens surja e se manifeste, conquanto seja a custo que eles se reúnem. A maior parte senta-se na sala geral e gasta o tempo da audição a conversar; de tempos a tempos, mandam saber se o conferente já entrou, e com todo o vagar e relutância é que eles vêm; e nem assim ficam, mas saem antes do fim, uns dissimulada e furtivamente, outros com naturalidade e à vontade. Contudo, por Hércules!, conta-se que no tempo dos nossos pais o César Cláudio, uma vez que andava a passear no palácio e ouviu um clamor, perguntou qual era o motivo; e, como lhe disseram que era Noniano que estava a fazer uma leitura pública [recitatio], apareceu de súbito e sem aviso diante do leitor.

Agora, a pessoa mais desocupada, depois de convidada com muita antecedência e de muitas vezes prevenida, ou não vem, ou, se vem, deixa-se de ter perdido um dia, que na verdade não perdeu. Mas tanto mais são de louvar e aprovar aqueles a quem esta indiferença ou desdém não afrouxa na explicação da escrita ou da leitura.



As sessões de trabalho têm sido muito participadas, tal como aconteceu com a Assembleia Geral



No momento em que Teresa Cunha pedia para acordarmos com as palavras de José Gomes Ferreira e a música de Fernando Lopes Graça

O falador

Outra ex-citação: Teofrasto (séc. IV-III a.C.) apresenta assim “O falador”, no seu livro *Os Caracteres*:

A loquacidade parece ser, se a quisermos definir, uma intemperança da fala. O falador é aquele que costuma dizer a quem encontrar, seja o que for que este lhe diga, que está enganado, ao passo que ele sabe tudo, e com ele aprenderá, se o escutar. E, quando o outro está a responder-lhe, interpela-o: “Olha lá! Não te esqueças do que ias dizer”, “Fizeste bem em lembrar-me”, “Às vezes é bem útil conversar”, “Esquecia-me de contar”, “Depressa compreendeste a questão” e “Há muito que estava a ver se chegavas à mesma conclusão que eu”. E, lançando outros começos de frase semelhantes a estes, nem sequer deixa respirar aqueles que encontra.

A poesia como canto ou o canto na poesia (de Herberto Helder)

se alguém respirasse e cantasse uma palavra,
e súbito fosse respirado por ela, fosse
cantado assim
de puro júbilo ou, quem sabe? de medo puro,
poria no termo o selo de si mesmo?
quem é que sabe onde fica o mundo?
e de quê e de quem e de como é composto e dito,
de como uma palavra, uma só, regula
ininterruptamente tudo, e alguém a põe em uso,
oh glória idiomática,
e é posto e disposto até que abuso de que espécie de infuso espírito
das profundezas dessa palavra

Herberto Helder, *A faca não corta o fogo*